

**BO  
LE  
TIM**

**DA APG**

**OUTUBRO 2018**

É com muita satisfação que a gestão “Quem tem coragem” da Associação de Pós-Graduandos da UFSC (APG-UFSC) apresenta este Boletim no final da gestão 2017-2018. Enquanto entidade de representação de estudantes de Pós-Graduação, buscamos no decorrer deste um ano nos posicionar sempre em defesa de nossos direitos e interesses, avançando e construindo por meio de muita luta e resistência. Em fevereiro deste ano construímos e divulgamos também o “Manual do(a) pós-graduando(a)”, um guia para auxiliar a chegada e a permanência na Universidade, do qual falamos um pouco aqui.

O boletim está estruturado em artigos que discutem questões da pós-graduação, boa parte deles ligados a textos que produzimos no decorrer do ano de gestão, e em notas que divulgam algumas das ações realizadas pelo movimento estudantil da pós-graduação em defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e radicalmente democrática.

O ano começou conturbado, na UFSC em particular por conta das eleições para a reitoria, ocorridas entre março e abril deste ano e da qual participamos, tanto enquanto representantes dentro da comissão eleitoral quanto estimulando o debate estudantil sobre o tema. Este contexto nos levou a adiar os primeiros eventos de integração para a pós-graduação, que ficaram para maio, na forma de uma aula magna para discussão da pesquisa e da pós-graduação na atual conjuntura e um bar da pós.

No que diz respeito à democracia universitária, além do envolvimento com as eleições estivemos participando ativamente dos diferentes espaços deliberativos da universidade, ocupando as vagas de representação estudantil que cabiam a estudantes de pós-graduação; neste boletim falamos um pouco da Câmara de Pós-Graduação, do Conselho Universitário e do Conselho de Curadores.

Pensando o acesso e a permanência estudantil na pós-graduação, nos envolvemos com algumas pautas que trazemos aqui, como questões

de saúde mental nos campi da UFSC e a luta pelo Centro de Convivência e o Restaurante Universitário. Buscamos dar especial ênfase e visibilidade à luta pelas ações afirmativas, que embora a passos lentos, vem avançando nos programas de Pós-Graduação de nossa universidade. Dentro da conjuntura maior, construímos uma campanha de reajuste de bolsas, cuja repercussão resultou numa ideia legislativa a ser levada para análise no Senado, e construímos um dia de mobilização na pós-graduação da UFSC em defesa do investimento público na universidade.

Seguindo nas lutas por educação, ciência e tecnologia, buscamos nos articular com lutas sociais como na etapa estadual do Encontro Nacional de Educação e no repúdio à proposta de Organizações Sociais na saúde e educação de Florianópolis. Participamos também da audiência pública “Ciência, Tecnologia e Inovação como política de estado em Santa Catarina” e pudemos questionar os caminhos que órgãos como a FAPESC vêm propondo para a produção científica no estado catarinense.

Essas foram algumas das mobilizações que marcaram nosso ano e receberam espaço no boletim de 2018. Esperando que a luta e a resistência na Pós-Graduação sigam fortes em nossa universidade, convidamos todos/as à leitura e a seguirem se organizando e construindo coletivamente, na APG, em seus Programas e demais espaços de atuação.

**Associação de Pós-Graduandos  
Gestão 2017-2018 “Quem Tem Coragem**



Aula magna e manifesto petrobrás	4
Audiência SBPC-SC e carta FAPESC	6
Atuação na Câmara de Pós-Graduação e a Resolução Normativa nº 95 CUn 2017	8
Em defesa do aumento retroativo das bolsas de pós-graduação	9
A pós da UFSC diz não aos cortes e à Emenda Constitucional 95!	10
Posicionamento da APG-UFSC sobre multas para pós-graduandos no caso de atrasos na entrega de teses e dissertações	12
Ações afirmativas na pós-graduação da UFSC	14
Respeitem nossa alimentação!	15
Articulação com lutas sociais	16
Bar da pós	18
Manual do(a) pós-graduando(a)	18
Saúde mental em debate	19
Pós-graduação no CUn	19
Eleições para a reitoria da UFSC	19



Mesa de convidados da Aula Magna

## AULA MAGNA E MANIFESTO PETROBRÁS

A APG-UFSC organizou no dia 14 de maio de 2018 a aula pública “Pesquisa e Pós-Graduação em Tempos de Retrocesso – Como a ciência brasileira resiste?”. No evento discutimos como a ciência brasileira resiste diante do significativo desmonte do financiamento e das agências de pesquisa, simultaneamente ao desmantelamento das empresas nacionais que figuram como importante patrimônio tecnológico brasileiro. Os convidados foram Cláudio Oliveira (economista aposentado da Petrobras e sócio honorário da Associação de

Engenheiros da Petrobras - AEPET), André Ramos (Secretário Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Santa Catarina - SBPC-SC), Mauro Tilton (Professor do Departamento de Metodologia de Ensino da UFSC) e Tiago Bittencourt Vergara (Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis e Região - Sinergia).

Como desdobramento do debate, a entidade lançou em 5 de julho de 2018 o Manifesto em defesa da Petrobrás 100% pública, que reproduzimos na íntegra a seguir:

“ Vimos a público expressar preocupação com a forma como a Petrobrás vem servindo como meio de ataque à sociedade brasileira.

A greve dos caminhoneiros, a paralisação dos petroleiros e diversas outras manifestações da sociedade civil durante as últimas semanas demonstram um descontentamento em relação ao crescente custo de vida da classe trabalhadora. Não podemos compreender esse problema sem entender como a Petrobrás vem sendo gerida e o que significa utilizar esse patrimônio brasileiro em favor da população.

Muito do que tem sido feito na empresa – desde sua política abusiva de preços à venda de ativos – baseia-se na suposição de que a empresa está à beira da bancarrota. Entretanto, uma análise detida da situação da empresa revela que isto não é verdade. Através do balanço contábil da Petrobrás pode-se observar que a Geração Operacional de Caixa manteve-se bastante estável entre os anos 2012 e 2017, não ficando abaixo de US\$ 25,90 bilhões, e superando o mesmo indicador, em alguns anos, de grandes petroleiras privadas como Chevron, EXXON e SHELL.

**A liquidez corrente e o saldo de caixa da empresa tampouco ficam atrás de outras grandes petroleiras do mercado internacional, inclusive superando-as algumas vezes na última década.**

Além disso, a muito comentada dívida atual da empresa é fruto de investimentos de longo prazo que começarão a mostrar resultados apenas daqui a alguns anos, sendo perfeitamente compatível com o que uma empresa deste porte – maior que o Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países – pode manter.

Os subsídios do Estado brasileiro para manter o valor do combustível em condições aceitáveis para o consumidor do mercado interno brasileiro de forma alguma enfraqueceu ou prejudicou a estrutura financeira da Petrobras e o alto valor atual dos combustíveis nada tem a ver com tal política. De fato,

o aumento do valor é reflexo da direção neoliberal da empresa, cujo aumento das importações de derivados e da exportação do petróleo cru atende principalmente aos interesses de acionistas e multinacionais.

O Brasil tem a obrigação de fazer com que sua empresa, a Petrobrás, no mínimo mantenha os preços dos derivados no mercado interno compatíveis com a renda de seu povo. Os custos totais (break even) da Petrobrás estão muito abaixo da absurda pretensão de obter lucros às custas dos brasileiros vendendo um barril a US\$ 75. Recentemente a Petrobrás estabeleceu critérios para adiantamentos trimestrais aos acionistas: aos abutres, tudo; ao povo brasileiro, a conta. Consideramos que o governo brasileiro age como sabotador da economia nacional ao aliar-se aos interesses das frações do capital financeiro e rentista, o que tem provocado uma imensa desindustrialização e reprimarização da economia, reafirmando o modelo agro-exportador como único possível em nossas terras. Nesse sentido, nos posicionamos contra a privatização das refinarias, dutos e terminais da Petrobrás, bem como apontamos a necessidade de interromper a atual política de preços da empresa submetido à variação diária do mercado internacional e a venda de seus ativos. Fazemos a defesa de que a capacidade operacional de suas refinarias seja aproveitada ao máximo, agregando valor ao petróleo internamente e mantendo controle interno do seu preço.

Sendo assim, provocada pelo evento realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no dia 14 de maio de 2018, intitulado “Pesquisa e Pós-Graduação em tempos de retrocessos : como a ciência brasileira resiste?”, a APG-UFSC lança este manifesto, desprovido de caráter partidário, em defesa da Petrobrás (bem como de outras empresas públicas estratégicas) e de todas as riquezas que pertencem ao povo e devem ser usadas em seu benefício.”

**Para acessar o manifesto, ver assinantes ou assiná-lo: <https://tinyurl.com/ycxrflam>**

# AUDIÊNCIA SBPC-SC E CARTA FAPESC

**A FAPESC precisa de uma direção comprometida  
com a ciência e tecnologia públicas!**

No dia 20 de junho de 2018 ocorreu a Audiência Pública “Ciência, Tecnologia e Inovação como política de estado em Santa Catarina” no Plenarinho da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). A audiência, convocada pela seccional catarinense da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-SC), contou com a presença de autoridades e representantes de entidades dos níveis estadual e nacional e se propôs a discutir as políticas catarinenses para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

A Associação de Pós-Graduandos da UFSC esteve presente e fez uma fala em defesa de uma política de ciência, tecnologia e educação – ao invés da inovação, conceito que consideramos uma forma de contemplar interesses privados na política pública. Também defendemos que todas as áreas devem ser contempladas com igualdade e que haja controle social sobre a política científica e tecnológica, incluindo a comunidade acadêmica e entidades populares em todos os espaços de deliberação.

Dentre as demais falas, contudo, damos particular destaque ao discurso do presidente da FAPESC, Sergio Luiz Gargioni, que muito nos preocupa por enfatizar apenas questões de mercado e financiamento de empresas, deixando de lado a pesquisa básica, as ciências humanas, a educação, as bolsas e a demanda por uma produção científica e tecnológica a serviço das necessidades da maioria do povo.

Entendemos enquanto legítima a reivindicação pelo cumprimento do Artigo 193 da Constituição do Estado de Santa Catarina, que determina a destinação de pelo menos 2% das receitas do estado à pesquisa científica e tecnológica. Entretanto, o mesmo artigo prevê a destinação de metade desta receita à pesquisa agropecuária, o que se reflete na prática em financiamento para a Epagri (Empresa de Pesquisa

Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). Com relação à outra metade, não existe garantia de distribuição mais equânime entre as demais áreas na produção científica e tecnológica do estado catarinense, o que a deixa à mercê do Estado e órgãos como a FAPESC, que recebe boa parte do montante destinado a CT&I.

Por isso a fala de Sergio Gargioni é tão lamentável.

**Chamado para falar sobre o financiamento público da ciência catarinense, o presidente da FAPESC falou durante 20 minutos sobre empreendedorismo, startups e parcerias com investidores internacionais.**

Defendeu um modelo no qual não se veja nenhuma diferença entre quem é cientista e quem é empresário, onde o dinheiro da FAPESC deveria servir para financiar novos empresários – com o dobro de dinheiro se eles falirem uma vez, com o triplo de dinheiro se eles falirem novamente. A preocupação da Audiência Pública era o corte de verbas para as Universidades e para as bolsas de pesquisa que afetam todas e todos os pesquisadores, mas Gargioni não mencionou nenhuma vez as ciências humanas, sociais, artísticas, nem mesmo as ciências naturais que fazem pesquisa de base – mas exclusivamente a ciência capaz de gerar empreendimentos privados.

Caso consigamos que a lei seja cumprida no estado (o que parece ser pedir demais em Santa Catarina, visto que os deputados estaduais nunca a seguiram) e 1% do orçamento estadual seja dirigido para a FAPESC, o que concretamente ganhamos? Ao que tudo indica, uma política de repasse direto dos recursos públicos para agentes privados, que vão aplicá-los (às vezes em parcerias com agentes

privados internacionais) em tecnologias para ampliar suas margens de lucro.

O horizonte de financiamento sucessivo de projetos fracassados revela com incrível honestidade a verdadeira opinião do empresariado – e seus defensores nas instituições públicas – quanto ao suposto ideal de “meritocracia”. Para fins de comparação, o mais recente edital de bolsas de mestrado e doutorado da FAPESC indica que “em caso de insuficiência de desempenho do bolsista” (embora sem qualquer critério que defina tal insuficiência), a bolsa poderá ser cancelada imediatamente; no entanto, se fôssemos aplicar o mesmo critério que Gargioni visualiza para seus colegas empreendedores, o pós-graduando deveria, pelo contrário, receber o dobro do valor da bolsa – quiçá o triplo!

Assim, consideramos que não há horizonte possível de financiamento público da ciência em Santa Catarina enquanto a direção da FAPESC estiver defendendo uma política de redistribuição regressiva de renda – do fundo público diretamente para as mãos da burguesia industrial do estado. Para impulsionar e aprimorar a ciência catarinense, é preciso muito mais que quantidade de recursos –

**é necessário debater profundamente o que se entende por ciência, por seu papel em uma sociedade profundamente desigual, e melhorar qualitativamente a distribuição de recursos segundo essa concepção revigorada daquilo que a ciência pode fazer pelo povo catarinense.**

Conclamamos assim a todas e todos que estão comprometidos com o avanço da ciência catarinense, mas também com seu direcionamento para a satisfação de demandas populares e da construção de uma ciência que também seja diversa e com pesquisa de base, a pressionar o estado catarinense e a FAPESC por mudanças substantivas na maneira como os “negócios” têm sido conduzidos nesse domínio de atividade. O financiamento público de ciência e tecnologia é também para a ciência de base, para as ciências humanas, sociais, educação, arte e cultura – e precisa ser investido nas instituições públicas, com participação e controle popular!

**Acesse a posição completa que levamos na audiência e os vídeos da fala da APG e da FAPESC em nosso site:**

<https://tinyurl.com/y7y882c5>



Participação da APG-UFSC na Audiência Pública convocada pela SBPC-SC

# ATUAÇÃO NA CÂMARA DE PÓS-GRADUAÇÃO E A RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 95 CUN 2017

A Câmara de Pós-Graduação (CPG) se reúne uma vez por mês para debater assuntos pertinentes da pós-graduação e deliberar sobre as normativas que regem os programas de pós, avaliar pedidos de defesa fora de prazo, validação de diplomas, criação de cursos, credenciamento de docentes e demais assuntos relacionados a gestão dos cursos de pós.

A APG tem o direito a ocupar cinco cadeiras na CPG, podendo ter voz ativa e poder de voto nas decisões da câmara. Em 2018, todas as cinco cadeiras foram ocupadas por membros da gestão "Quem tem Coragem", os quais participaram ativamente nas reuniões levando a posição dos estudantes e votando favoráveis às pautas defendidas pela gestão.

Todos os pedidos de defesa fora de prazo, tanto de mestrado como doutorado, são avaliados pela CPG, e os membros da APG presentes nas reuniões tiveram sempre posicionamentos no sentido do esclarecimento da situação e da defesa dos estudantes. Sabemos que um atraso na defesa está muito mais relacionado a problemas que fogem da esfera pessoal do que da própria dedicação do estudante. A ausência de políticas de permanência, de auxílio psicológico e uma bolsa de valor bastante reduzido e sem reajuste há cinco anos acarretam uma série de transtornos físicos e emocionais para os estudantes de pós, que muitas vezes ficam impedidos de cumprir os prazos apertados.

Entendemos que quando um estudante passa de seu prazo de defesa, a culpa disso não é somente do estudante, mas envolve seu orientador, a estrutura universitária e a própria estrutura nacional de educação e produção científica. Também sabemos que não são todos os estudantes que têm oportunidades iguais de acesso e permanência na universidade, e que o atraso na implementação dessas medidas impedem que os cursos de pós sejam desenvolvidos de forma tranquila e os prazos cumpridos como exigido. Não concordamos que a

punição por esses atrasos caia somente sobre os estudantes, que são o lado mais fraco nessa situação.

**O ponto principal da participação da APG na Câmara de Pós-Graduação foi a oportunidade para discutir as mudanças na Resolução Normativa 95, que rege os programas de pós-graduação na universidade e que, devido a inconsistências,**

A APG reivindicou maior participação dos estudantes nos colegiados plenos e delegados. O número de representantes discentes é determinado como sendo 1/5 do número de membros docentes do colegiado, desprezando a fração. Por pressão da APG, essa fração quando superior a 0,5 passará a ser considerada, garantindo mais uma vaga de representação estudantil. Também por pressão da APG foi retirado o inglês como idioma estrangeiro obrigatório para o mestrado, ficando apenas obrigatório para o doutorado, tornando possível que um dos idiomas obrigatórios seja um idioma de povos originários brasileiros. Os representantes discentes também pressionaram a CPG para a alteração da nova regra de substituição dos conceitos por notas. Membros da gestão fizeram um levantamento mostrando que a maioria dos alunos dos programas de pós da universidade se sentiram prejudicados pela alteração, e foram relatados em diversos cursos redução da média das notas aplicadas. Também foi feita pressão para a retirada das multas por atraso na entrega da versão final de dissertações e teses na biblioteca central, sem que haja desligamento do curso e perda o diploma pelo atraso. Defendemos maior flexibilização dos prazos e que em hipótese alguma ocorra perda do diploma

devido ao atraso, o que também é de interesse dos Programas e da UFSC.

No que diz respeito aos ataques à educação e à ciência no país e as recentes ameaças de cortes das bolsas CAPES e CNPq, a gestão "Quem Tem Coragem" levou o posicionamento estudantil para a CPG, lendo uma carta produzida após assembleia estudantil e coletando assinaturas dos membros da Câmara, pedindo um posicionamento oficial da reitoria universitária a respeito do assunto.

Independente da participação ativa na CPG, e da

pressão pela alterações no sentido dos interesses dos alunos, a APG é minoria na câmara, não sendo possível conseguir vitórias em temas que geram grandes desacordos por parte dos professores. O espaço da CPG é de extrema importância para a pós-graduação na universidade, e a APG vem fazendo sua parte, dentro do que é possível ser feito através da Câmara. Registros de algumas reuniões podem ser acessados em nosso site e no link: <https://tinyurl.com/y8w93o8n>

## EM DEFESA DO AUMENTO RETROATIVO DAS BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

O governo quer nos convencer de que não há dinheiro para o aumento retroativo das bolsas de pós-graduação... mas está claro que essa é mais uma mentira que estão tentando nos fazer engolir.

Abaixo estão colocados alguns dos possíveis mecanismos de financiamento para garantir o aumento das bolsas. E não são todos, ainda existem diversas outras possibilidades!

Graças a todos e a todas que apoiaram e compartilharam, a proposta de Ideia Legislativa do membro da APG-UFSC Augusto Ascitti, já chegou a 20 mil assinaturas, portanto será enviada para análise pelo Senado. Quem ainda não apoiou, apoie e divulgue: <https://tinyurl.com/yahu32ve>

Para acessar na íntegra com as fontes de todas as informações da imagem, acesse: <https://tinyurl.com/ycyo7tp9>



# A PÓS DA UFSC DIZ NÃO AOS CORTES E À EMENDA CONSTITUCIONAL 95!

O dia 14/08 viveu um chamado nacional de luta em defesa das verbas públicas para a educação, ciência e tecnologia no Brasil. Em São Paulo, um ato saiu do vão do MASP. Em Brasília, um ato foi organizado em frente ao Ministério do Planejamento. Em Florianópolis, o dia de paralisação e luta foi convocado pela Assembleia da Pós-Graduação do dia 7 de agosto e várias atividades aconteceram de forma descentralizada na UFSC.

Durante a semana que antecedeu o dia, assembleias e reuniões aconteceram em diversos programas, como o PPGE e o PPGECT, e uma assembleia estudantil geral do Centro de Ciências Biológicas. Na sexta-feira (10/08), estudantes da graduação e pós-graduação fizeram um ato pela manhã na Reitoria, pressionando o reitor Ubaldo a assinar uma carta de reivindicações e se posicionar institucionalmente contra os cortes, contra a

Emenda Constitucional 95, contra as cobranças na pós-graduação lato sensu e em defesa das ações afirmativas em toda a pós-graduação.

Na terça (14/08), além da paralisação de aulas e atividades da pós-graduação, aconteceram ações por programas pela manhã, como debates, panfletagens na fila do Restaurante Universitário, pintura de faixas, gravação de vídeos para uma campanha em defesa das bolsas, mostrando para a sociedade a importância de nossas pesquisas; um debate sobre a aplicação das Ações Afirmativas na pós-graduação da UFSC, com participação de estudantes de diversos programas; e uma conversa sobre a situação atual da FAPESC, cujo presidente demonstrou, em audiência pública recente, uma preocupação muito maior em financiar startups e fazer parcerias privadas com o dinheiro público do que estimular a pesquisa nas instituições de ensino.

No Centro de Ciências Biológicas, após uma assembleia na segunda-feira (13/08), muitos estudantes se organizaram para escrever um panfleto, tirar uma foto em frente ao prédio de aulas e laboratórios, além de realizar um ato em frente à Universidade com jalecos, dialogando com a população sobre o impacto dos cortes.

**Em Brasília, a proposta do Orçamento foi aprovada com os artigos que permitiam à educação ficar fora do teto de gastos, de forma que o MEC vai manter o orçamento do ano passado acrescido da inflação.**

Essa é uma vitória pontual arrancada pelo movimento estudantil e por todas aquelas pessoas que se indignaram contra os cortes e levaram sua insatisfação às ruas, atividades e assembleias!

No entanto, ainda vivemos sob o impacto da Emenda Constitucional 95, o teto de gastos que ataca todos os serviços públicos do país, asfixiando a educação, pesquisa, saúde e assistência social para o privilégio dos banqueiros credores da dívida pública e setores do grande empresariado que continuam

recebendo isenções fiscais bilionárias. Além do mais, a garantia do orçamento do MEC não significa que vamos manter o financiamento e as bolsas na CAPES nem no CNPq, que podem ser deixados de lado para privilegiar outras áreas de financiamento dentro dos ministérios. Já estamos enfrentando o desmonte da pesquisa brasileira desde 2014, quando começou a diminuir o número de bolsas, que neste momento está em cerca da metade do que foi naquela época. Ou seja, a luta está só começando!

Convidamos todas e todos estudantes de pós-graduação a se mobilizarem através da construção de assembleias por programa ou por centro, além de participar da Associação de Pós-Graduandos e próximas ações.

**DERRUBAR A EMENDA CONSTITUCIONAL 95! PELA PESQUISA E EDUCAÇÃO, LUTA E ORGANIZAÇÃO!**

**Publicado em 18 de agosto de 2018. Para ler na íntegra acesse: <https://tinyurl.com/ydboqf4e>**



Chamada para o dia de mobilização.



Estudantes do CCB-UFSC contra os cortes na CAPES e no CNPq.



Roda de conversa sobre ações afirmativas na Pós-Graduação da UFSC; à frente, cartaz produzido durante o dia de mobilizações.

# POSICIONAMENTO DA APG-UFSC SOBRE MULTAS PARA PÓS-GRADUANDOS NO CASO DE ATRASOS NA ENTREGA DE TESES E DISSERTAÇÕES

Em abril deste ano, a Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina (APG-UFSC) disponibilizou um modelo de requerimento para expedição de diploma de Pós-Graduação sem multa. Hoje a Universidade deve adotar a política de expedir o diploma mesmo sem o pagamento da multa, mas isso não extingue a multa em si; sendo assim, o mesmo modelo pode ser usado para solicitar a extinção dessa multa. Este requerimento foi usado por alguns pós-graduandos, e suas solicitações chegam hoje ao Conselho de Curadores. Uma vez que o documento que disponibilizamos (como cortesia do doutorando Rodrigo Alessandro Sartoti) argumenta pela ilegalidade da cobrança da multa com base na gratuidade do ensino, a Procuradoria Federal da UFSC (PF-UFSC) foi acionada para emitir um parecer sobre o assunto.

Por meio da Nota 00026/2018/NADM/PFUFSC/PGF/AGU, a PF-UFSC afirma que “a cobrança não afronta a gratuidade do ensino ou o direito à educação [sic], tendo em vista que a natureza da cobrança da multa é sancionatória, estando ampara [sic] em ato administrativo válido, expedido pela Administração Pública”, adicionando que “a multa constitui sanção ao atraso, não taxa” e que “a aplicação da sanção é válida para o aluno que incidir no descumprimento do prazo estipulado, não se trata de cobrança pela oferta do ensino”. Conclui que “não há que se falar

em remuneração pela prestação do serviço, e nem aplicação de medida de cunho pedagógico, mas sanção ao descumprimento de obrigação assumida pelo acadêmico em sua relação com a Universidade”.

Com esta resposta, no entanto, a verdadeira natureza do valor a ser pago é meramente escamoteada, na medida em que se apresenta como razoável “sanção ao descumprimento de obrigação” um valor que, embora cobrado seletivamente, está fixado intrinsecamente na relação entre a Universidade e a/o pós-graduanda/o e anualmente colabora com o financiamento da Universidade. Neste sentido, é uma maneira de cobrar pela pós-graduação se esta não pode ocorrer sem que esta situação esteja prevista e se a Universidade (que gerencia os recursos da pós-graduação em questão) está sendo em parte financiada por meio deste valor. Todos os anos, o valor a ser adquirido pela universidade através de multas é estimado, e todos os anos esta universidade utiliza deste valor para suas despesas. Para exemplificar de que maneira isto é consequente para a relação entre Universidade e pós-graduando, chamo atenção para o parecer expedido pela Pró-reitoria de Pós-Graduação (PROPG) em relação ao processo 23080.005644/2018-84, em que a requerente solicitava isenção de multa relativa a atraso na entrega do exemplar final de dissertação de mestrado devido ao tratamento psiquiátrico de sua

mãe (à qual precisou dispensar acompanhamento e cuidados especiais, segundo parecer profissional). A PROPG reconheceu que não há “previsão normativa explícita de afastamento para tratamento de saúde de familiar após a defesa do trabalho de conclusão”, mas resolveu propor uma espécie de cobrança proporcional que ainda traria centenas de reais aos cofres da universidade. Ora, temos aqui uma administração disposta a, o quanto for possível, ignorar o aspecto humano e solidário da relação entre a Universidade e as pessoas que com ela se relacionam para financiar suas atividades.

A/o pós-graduanda/o não pode ser tratado da mesma maneira que uma empresa que, ao entrar em relação contratual de prestação de serviços ou produtos com a Universidade, pode ser multada se lesá-la ou deixar de cumprir com suas obrigações no transcorrer de suas atividades, que são unicamente voltadas para o lucro. Parte extremamente significativa do total da produção científica brasileira se dá na pós-graduação, e é executada pelos/as pós-graduandos/as. Não só o/a pós-graduando/a tem obrigações para com a universidade, mas a Universidade para com a/o pós-graduando/a.

***Se o/a pós-graduando/a fracassa no depósito de sua dissertação ou tese em tempo hábil, não teria a universidade como um todo fracassado?***

Qual é a responsabilidade da Universidade enquanto instituição que quer ser vista como ambiente propício à pesquisa em relação às pesquisas que não se concretizam? Qual a responsabilidade do/a professor/a orientador/a, ou da/o coordenador/a de pós-graduação?

Individualizar e culpabilizar unicamente o indivíduo ao final de seu processo de educação é injusto e absolutamente incoerente com o papel de uma instituição voltada para a educação, posto que são precisamente aqueles que mais precisam de ajuda – visto que não conseguiram dar bom termo a

suas jornadas acadêmicas – que a Universidade pune com as multas. Em outra ocasião já alertávamos “que a questão dos atrasos poderia ter outras discussões pedagógicas, que não apenas multas”.

Hoje temos pós-graduandos/as estatisticamente estressados/as, deprimidos/as, ansiosos/as e com pouca perspectiva de futuro profissional e, destes/as, aqueles/as que claramente precisam de mais auxílio para concluir satisfatoriamente seus estudos são então punidos/as no momento em que se veem com menor apoio institucional. A Universidade adota uma postura punitivista, que individualiza um problema sistêmico sobre os/as estudantes que mais necessitam de atenção pedagógica, o que é incentivada a fazer porque esta cobrança ajuda a financiar o próprio funcionamento da universidade, estando inclusive prevista em seu orçamento, de modo que não cabe afirmação de que não se constitui como cobrança relativa ao aspecto pedagógico da instituição – inclusive porque é uma medida que visa (ao contrário do que a Procuradoria afirma) atuar sobre um problema pedagógico, isto é, o fracasso institucional da Universidade em produzir, a partir da trajetória acadêmica da/o pós-graduanda/o, a pesquisa que se esperava realizar.

A multa, além de injusta, indevida e potencialmente ineficiente, não é eficaz – seja por não ter na realidade os efeitos que se propõe a ter, seja porque ela possibilita que a Universidade externalize este problema sem discuti-lo de maneira adequada e sistêmica. Vale ressaltar que a cobrança de multas por atraso na entrega de teses e dissertações não é unanimidade nas universidades brasileiras; a Unicamp, por exemplo, não a implementa. Sendo assim, a APG-UFSC seguirá firme na defesa dos/as pós-graduandos/as e contra a cobrança de multas no caso de atrasos na entrega de teses e dissertações.

Publicado em 16/08/2018. Para ver na íntegra: <https://tinyurl.com/yaz3f8mv>

# AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFSC

A APG-UFSC defende a implementação de ações afirmativas em todos os Programas da Pós-Graduação para estudantes negras e negros, indígenas e com deficiência, e vem buscando apoiar as reivindicações junto aos movimentos. Em levantamento identificamos que apenas seis Programas implementam políticas de ações afirmativas em suas seleções, o que representa somente 7% dos 86 Programas de Pós-Graduação da universidade, somados todos os campi:

*Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS);*

*Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Sistemas Eletrônicos (PPGESE);*

*Programa de Pós-Graduação em História (PPGH);*

*Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD);*

*Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PPGET);*

*Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)*



Os três últimos aderiram às ações afirmativas neste ano de 2018. Além deles, o Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) passou a adotar reserva de bolsas para candidatos negros e indígenas.

As ações afirmativas na Pós-Graduação estão ganhando força nos Programas da UFSC e institucionalmente. Recentemente, ao assinar carta de reivindicações estudantis, o reitor Ubaldo Cesar Balthazar posicionou a Universidade em defesa da implementação imediata da política de Ações Afirmativas de Programas de Pós-Graduação da UFSC. Esse posicionamento deve ser cobrado para garantir a continuidade dos avanços na disputa da Universidade a serviço do povo. Importante lembrar também da Portaria 13/2016 do MEC, que deu noventa dias para as Universidades Federais apresentarem propostas para a adoção das Ações Afirmativas para negras e negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, cujos efeitos na UFSC, após dois anos, ainda têm sido insuficientes.

O momento é de avançar na democratização de mais e mais programas, garantir políticas de permanência para estudantes de pós-graduação que ingressam e lutar por uma política de Ações Afirmativas na pós-graduação de toda a UFSC e do país. Seguimos lutando para que esse número se amplie e pela universalização das ações afirmativas na Pós-Graduação da Universidade!

Para acompanhar as ações afirmativas na UFSC:

1. Lista de Programas de Pós-Graduação que implementaram políticas de Ações Afirmativas: <https://tinyurl.com/y6uo8y24>
2. Movimento negro em defesa das cotas na UFSC: <https://www.facebook.com/ufscnegra/>
3. Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD/UFSC): <http://saad.ufsc.br/>

# RESPEITEM NOSSA ALIMENTAÇÃO!

Em março deste ano a APG divulgou nota escancarando as condições do Restaurante Universitário (RU), que vêm dificultando a vida dos universitários que o frequentam, muitos tendo-o como principal fonte de alimentação. Descasos por parte da Reitoria, filas maiores do que nunca, porções menores sendo servidas, falta de opções para vegetarianos, retirada definitiva dos sucos, falta do tão reivindicado café-da-manhã, mesas com bancos quebrados, bebedouros quebrados.

Contribuindo para o cenário, existe uma outra possível ala para o RU, já construída e pronta para uso, que poderia ser aberta para aliviar as filas e melhorar a qualidade de atendimento. A reitoria não tem tomado medidas para reduzir os transtornos sofridos por quem depende do restaurante e vem ignorando a mobilização estudantil sobre o tema. A gestão "Quem tem Coragem" busca trazer o assunto à tona. RU é permanência! Respeitem nossa alimentação!

**Acesse a nota na íntegra:**  
<https://tinyurl.com/ybym5ltz>

## AS FILAS DO RU CRESCEM E A QUALIDADE CAI



## PRÉ-ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PRÉ-ENE)

O Pré-ENE, evento que ocorreu como preparatório para o III Encontro Nacional da Educação (ENE), teve por objetivo discutir, planejar e debater os rumos da educação no país. A etapa estadual preparatória ocorreu na UFSC nos dias 15 e 16 de junho de 2018. A APG esteve presente contribuindo e se inserindo no espaço, com o intuito

de pensar a organização em defesa da educação, ciência e pesquisa na universidade pública, bem como contribuir com a reorganização dos movimentos sociais em defesa da educação. O III ENE ocorrerá em abril de 2019. Para ler a Carta de Florianópolis, produzida no evento, acesse: <https://tinyurl.com/y8ebe26k>

## NOTA DE REPÚDIO À PROPOSTA DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA SAÚDE E EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS E EM SOLIDARIEDADE À GREVE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Publicada em 14/04/2018

Acesso em <https://tinyurl.com/y7u4pme5>

A APG-UFSC manifestou sua indignação e repúdio ao Prefeito de Florianópolis Gean Loureiro (PMDB) e ao seu Projeto de Lei No 17484/2018, que propõe a contratação de Organizações Sociais (OS) para a gestão dos serviços de saúde (UPAs) e de educação (creches). A prefeitura protocolou o pedido de urgência para a aprovação do PL no dia 6 de abril de 2018 sem fazer qualquer debate prévio com a população florianopolitana, e no mesmo dia iniciou uma intensa campanha publicitária nos canais da mídia, que custou quase 10 milhões de reais aos cofres públicos, a favor das Organizações Sociais para resolver os dilemas dos serviços públicos de Florianópolis.

As OS, criadas pela Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998, constituem-se em empresas de direito privado, supostamente sem fins lucrativos, que recebem os recursos públicos para administrarem serviços públicos com autonomia para contratação de trabalhadores sem concursos públicos, compras sem licitações, com liberdade na gestão dos serviços, podendo inclusive cobrar por esses serviços.

No caso da saúde, elas desrespeitam os espaços de controle social do Sistema Único de Saúde, não garantindo a prestação de contas para os Conselhos de Saúde. Aliás, o próprio prefeito já desrespeitou o controle social, não passando a discussão pelo Conselho Municipal de Saúde antes de levar o PL à Câmara e contrariando a Conferência Municipal de Saúde de 2015, que se posicionou contra todas as formas de privatização do serviço público.

Cabe lembrar que a chegada da Empresa Brasileiras de Serviços Hospitalares (EBSERH) ao Hospital Universitário da UFSC (HU-UFSC) também desrespeitou a decisão da comunidade universitária. No período de debate na Universidade, o diretor do HU-UFSC era Carlos Alberto Justo da Silva, o chamado “Paraná”, que hoje ocupa o cargo de Secretário Municipal de Saúde na gestão de Gean Loureiro. Dois anos depois da assinatura do contrato do HU-UFSC com a EBSERH é nítido o prejuízo para a comunidade universitária e para quem utiliza dos serviços do HU. Sequer metade do contrato foi respeitado até agora. Embora a EBSERH tenha

diferenças de natureza jurídica em relação às OS, entendemos que esses modelos de gestão representam uma forma não-clássica de privatização dos serviços públicos.

**É o repasse do recurso público para a esfera privada, a precarização dos contratos de trabalho, a ausência de transparência nos gastos públicos e a retirada da população nas decisões da esfera pública.**

Lamentáveis exemplos mostram que as Organizações Sociais não trazem soluções aos serviços essenciais à população. No Rio de Janeiro, De 2009 a 2012, os valores repassados para as Organizações Sociais cresceram aproximadamente 227%, só em contratos aditivos. Em 2014 eram 7 organizações sociais diferentes gerindo o mesmo serviço de Atenção Primária em Saúde no município, e em agosto de 2017 elas ameaçaram fechar 11 unidades básicas de saúde.

Não tão distante, desde 2013 o Hospital Florianópolis passou a ser administrado por uma OS. Desde então reduziu as especialidades ofertadas, fechou leitos na UTI, suspendeu atendimentos na emergências, diminuiu o número de cirurgias eletivas e nos últimos dois anos atrasou o salários dos trabalhadores por mais de 7 vezes. A situação ficou tão calamitosa que o próprio Governo estadual foi obrigado a quebrar o contrato com a empresa.

No que diz respeito à educação, o exemplo didático é da Secretaria Estadual de Educação de Goiás. Ao adotar as Organizações Sociais para gestão das escolas da rede em 2016, com argumentos similares aos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, desencadeou um conjunto de medidas que contribuíram para a precarização das condições de trabalho dos professores da rede. O estado, que já não cumpria o piso da nacional da categoria, facultava ao parceiro privado (as OSs) utilizar acordos coletivos de trabalho vinculados a metas estipuladas, como o aumento da produtividade, apresentando como horizonte a ótica de mercado para o serviço público e abrindo espaço para políticas de punição dos servidores. O revés do projeto goiano veio com liminares da justiça impedindo as empresas contratadas de gerirem a

rede, uma vez que as mesmas sequer possuíam experiência profissional na área e idoneidade de seus dirigentes.

**Esse modelo de gestão não corresponde às necessidades da população, muito menos quando estamos falando de educação e saúde.**

Além de todos os danos apresentados pelas OS, esses serviços são também espaços de trabalho de muitos pós-graduandos/as da UFSC, ao mesmo tempo que utilizamos desses serviços. A Universidade não pode fechar os olhos para tamanho ataque ao povo florianopolitano.

Os trabalhadores do município de Florianópolis já estão mostrando contundentemente sua força e posição. Em assembleia convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasep) no dia 11 de abril de 2018, cerca de 5 mil trabalhadores decidiram por exercer seu livre direito à greve, exigindo a retirada imediata do PL das OS por parte do prefeito.

Na tentativa de cercear a mobilização dos servidores municipais, o vereador Bruno de Souza (PSB), conhecido também como vereador do MBL, e mais nove vereadores da base do prefeito, entraram com um pedido de CPI para apurar possíveis irregularidades na atuação do Sintrasep. No dia 12 de abril de 2018, os sindicatos receberam uma ordem do Tribunal de Justiça de SC, que deferiu parcialmente um pedido atravessado da prefeitura para tentar impedir a greve.

A APG-UFSC, que também representa um grande contingente de trabalhadores do serviço público municipal em formação em diversos Programas de Pós-Graduação da universidade, presta sua solidariedade a todas e todos que lutam em defesa de um serviço público de qualidade, gratuito, transparente, sob gestão estatal e com efetiva participação da população. Defendemos a contratação de servidores por meio de concurso de provas e títulos, bem como a liberdade e autonomia sindical desses trabalhadores. Estamos lado a lado nessa luta contra a forma Gean Loureiro de gerir Florianópolis, nefasta ao povo da cidade.

## BAR DA PÓS

No dia 17 de maio a APG realizou o “Bar da Pós”, atividade para a confraternização e encontro entre discentes de diferentes programas, com o intuito de socialização, reconhecimento e troca, em um espaço menos formal, sobre nós e nossas experiências na pós-graduação e na pesquisa na universidade. Além disso, foi importante para valorização do Centro de Convivência como lugar a ser ocupado pelos estudantes, como muito já foi em outros momentos da história da UFSC.



## MANUAL DO(S) PÓS-GRADUANDO(A)

A gestão “Quem Tem Coragem” da APG-UFSC apresentou e distribuiu entre os Programas de Pós-Graduação, no início de 2018, o Manual do(a) pós-graduando(a). Ele foi pensado em especial para novas e novos pós-graduandas/os da UFSC mas tem conteúdo de utilidade e importância para demais estudantes da Pós-Graduação. No material é possível encontrar informações importantes sobre a UFSC, como acessar o Restaurante Universitário, Biblioteca Universitária, sobre os direitos de deveres da/o pós-graduanda/o, debate sobre assédio e saúde mental na pós-graduação, entre outros.

O manual encontra-se disponível em nosso site:  
<http://apg.ufsc.br/manual-doa-pos-graduandoa/>



## SAÚDE MENTAL EM DEBATE

A APG-UFSC participou, em maio de 2018, do I Ciclo de Saúde Mental do Campus Araranguá, ajudando a mediar uma mesa sobre a saúde mental na Pós-Graduação. Foram discutidos aspectos estruturais da produção acadêmica, mas também conjunturais (como a situação econômica) e políticas, incluindo uma política restritiva de festas no campus que apenas produz mais individualização e alienação. A APG-UFSC também está construindo ativamente o I Fórum de Saúde Mental das Comunidade UFSC, nos dias 3, 4 e 5 de outubro de 2018.

+ **Informações:** <http://forumsmufsc.paginas.ufsc.br/>

## PÓS-GRADUAÇÃO NO CUN

A APG tem duas cadeiras no Conselho Universitário, a instância máxima de deliberação da Universidade, hoje ocupadas e com suplentes. Decidimos nossas posições nas reuniões abertas da APG! Sempre que houver algum interesse coletivo de estudantes de pós para tratar no CUn, entrem em contato ao vivo ou pelo email: [apgufsc@gmail.com](mailto:apgufsc@gmail.com). Este ano fizemos um relato das nossas impressões de todas as reuniões do CUn, que está disponível em nosso site e no link: <https://tinyurl.com/y9y8akl6>

## ELEIÇÕES PARA A REITORIA DA UFSC

Em 2018 houve uma consulta pública para preencher o cargo de reitor da UFSC, deixada vaga com o falecimento de Luiz Carlos Cancellier de Olivo. A convite da APG, estudantes dos cursos de Pós-Graduação da UFSC construíram coletivamente uma carta de reivindicações a partir de um levantamento inicial via formulário online e posterior deliberação em assembleia realizada em 14 de março. Foram levantadas pautas sobre conjuntura nacional, acesso e permanência, democracia e gestão universitária, combate às

opressões, além de educação, ciência e tecnologia. A APG-UFSC e o Diretório Central de Estudantes (DCE Luís Travassos UFSC), entidades representativas do conjunto de estudantes da Universidade, organizaram um debate entre os candidatos antes do primeiro turno da consulta. Além disso, a APG indicou representantes (titular e suplente) para comporem a Comissão Eleitoral Representativa de Entidades da UFSC. A carta de reivindicações pode ser acessada no link: <https://tinyurl.com/yafmk3kh>

**CAMPUS TRINDADE | CENTRO DE CONVIVÊNCIA**

[FACEBOOK.COM/APGUFSC](https://www.facebook.com/APGUFSC)

[APGUFSC@GMAIL.COM](mailto:APGUFSC@GMAIL.COM)

[HTTP://APG.UFSC.BR](http://APG.UFSC.BR)